Caríssima(o) Associada(o),

Com desmedida satisfação apresento os livros dos Grupos de Trabalho, do XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de João Pessoa entre os dias 5 a 8 de novembro de 2014. Registro a satisfação de presidir um Congresso do CONPEDI, com a honrosa e difícil situação de substituir o nosso presidente Professor Vladimir Oliveira da Silveira, que realizou profícuas administrações. .

Cabe aqui o registro de que, "mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo cerca de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 80 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas stricto sensu na área do Direito". Ao longo desses últimos anos, o CONPEDI fez florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária, como sempre assinalou nosso ex-presidente, o professor Vladimir Oliveira da Silveira.

O Congresso desenvolveu a temática sobre "A humanização do Direito e a horizontalização da Justiça no século XXI". Sem dúvida é marcada a importância do debate, nos primórdios do século XXI, quando estamos diante de uma série crescente de desafios ao Direito.

Ao longo dos 04 (quatro) dias do congresso foram debatidos, uma série de temas da maior relevância para o Direito, tais como: (1) Instrumentos de efetivação de Direitos Fundamentais, (2) Experiências interdisciplinares em Direitos Humanos, (3) Democracia e Cidadania na América Latina , (4) ensino jurídico, (5) justiça de

transição, (6) A humanização do mundo; (7) Direitos Econômicos, sociais e culturais e desenvolvimento; (8) Educação Jurídica: o novo marco regulatório; (9) Humanização das penas; (11) Teoria do Direito e gênero nos Tribunais Internacionais; (12) Dirteito e Sustentabilidade; (13) O Direito Internacional Público Contemporâneo; (14) Direito e Economia; (15) Direito e Novas Tecnologias; (16) Direito do Consumidor; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) A atualidade do pensamento de Celso Furtado, dez anos depois de sua morte; (21) Acesso a justiça; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) Biodireito. Registramos igualmente, a realização dos fóruns dos Coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito – FEPODI.

Importante destacar e reconhecer o apoio recebido do CNPq e da CAPES. Registramos também o comparecimento e participação da professora Claudia Hoesler, coordenadora da área, que recém nomeada, procurou assinalar as linhas gerais de sua atuação e a ela desejamos uma feliz condução da área a exemplo do que foi realizado pelo seu antecessor, professor Martônio Mont'Alverne Barreto Lima.

É importante fixar que, dando continuidade a grande aproximação que foi desenvolvida pela diretoria anterior, com o IPEA nos últimos anos, ampliamos o dialogo institucional principalmente através do painel Contribuição da Estatística para a Pesquisa Jurídica, onde concretizamos um avanço no debate sobre métodos quantitativos e pesquisa jurídica.

Não podemos deixar de realçar o grandioso esforço da equipe da UFPB, da UFCG e especial destaque para a UNIPÊ , Evidente que os desafios foram imensos, mas enfrentados e finalmente superados, pelos professores, técnicos, discentes da pós-graduação e da graduação.

Florianopólis, verão de 2015

Raymundo Juliano Feitosa

Presidente do CONPEDI

APRESENTAÇÃO

A escalada dos direitos humanos ao cume do sistema jurídico internacional vem representando, desde os primeiros passos do movimento, uma empreitada hercúlea. Um dos desafios mais difíceis tem sido o de encontrar o justo equilíbrio entre as várias forças contrárias, dentre as quais se destacam, de um lado, as micro-peculiaridades de caráter cultural, local, circunstancial, constitucional e, do outro, as macro-exigências de caráter fundamental, geral, atemporal, internacional.

Do ponto de vista histórico, o tratamento da pessoa como centro de interesse jurídico é antigo, sublinhando-se o papel, embora limitado, da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 como estopim de valores e, na literatura internacional, o interesse de Grotius, já no intermédio dos séculos XVI e XVII, inaugurando o tema da assistência humanitária internacional.

Nesses primeiros anos do século XXI os desafios parecem multiplicar-se. A complexidade sempre crescente aponta para o infinito em questões como a proteção do direito das minorias ou as respostas jurídico-estatais aos avanços dos sistemas regionais e internacional.

Nesse contexto, a discussão sobre o Direito Internacional dos Direitos Humanos é explorada através dos mais variados matizes que pretendem completar-se na busca de respostas mais amplas e também mais pontuais. O presente volume divide-se então em três capítulos temáticos que se revelam, portanto, inseparavelmente ligados. Num primeiro momento abordam-se as questões teórico-filosóficas, em que se enquadram estudos sobre a influência dos ideais ocidentais, do multiculturalismo, do capitalismo. Num segundo tempo, o foco desloca-se para as problemáticas locais e minoritárias, onde estão situados os estudos sobre direitos fundamentais dos trabalhadores, a proteção das minorias étnicas, dos refugiados, dos apátridas, das mulheres, das pessoas portadoras de deficiência e análises geograficamente limitadas nacionais ou regionais. Finalmente, o tema do constitucionalismo brasileiro é tratado como resposta às necessidades de concretização do direito internacional dos direitos humanos.

Os estudos que resultam das muitas inquietações demonstram que a ciência jurídica precisa voltar-se para questões de todos os gêneros e esferas que eclodem em profusão. A impressão de que estamos diante do paradoxo de Aquiles e a tartaruga pode resultar em desânimo, mas, numa área em que a humanização do direito e a horizontalização da justiça se impõem com uma certa urgência, é preciso avançar acreditando que a inatingibilidade da tartaruga é apenas ilusória.

Profª Drª Alessandra Correia Lima Macedo Franca (UFPB)

Profª Drª Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza (UFPE)

ORGANIZAÇÃO DO CAPÍTULO:

OS CAMINHOS DA TEORIA E DA FILOSOFIA

1. *A produção do saber universalista: por uma crítica da expansão ocidental dos direitos humanos*. Daniel Carneiro Leão Romaguera; João Paulo Allain Teixeira
2. *A proteção da pessoa em Hugo Grotius: uma análise pela perspectiva do Direito Internacional Humanitário*. Luiza Diamantino Moura
3. *Direitos humanos e multiculturalismo como horizontalização da justiça internacional no século XXI*. Anna Mayra Araújo Teófilo; Rômulo Rhemo Palitot Braga
4. *Fundamentos do direito de assistência humanitária internacional*. Júlio César Ferreira Cirilo
5. *O capitalismo sem fronteiras e a violação da dignidade humana*. Ludy Johanna Prado Mayorga; Monique Rodrigues da Cruz
6. *O espírito das constituições francesas sob o impacto da revolução e o caráter universal da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*. Danielle Annono; Priscilla Camargo Santos
7. *Os novos ventos* de inclusão social para as pessoas com deficiência trazidos pelo Neoconstitucionalismo: a convenção da ONU como norma constitucional. Thais Bernardes Maganhini; Ricardo Bernard Glasenspp
8. *O envolvimento de crianças e adolescente em conflitos armados: contribuições e aplicabilidade do protocolo facultativo à Convenção da Criança de 1989*. Daniela Richter; Joseane Ceolin Mariani de Andrade Pedroso
9. *Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos*. Brielly Santana de Melo

OS ESPAÇOS LOCAIS E AS MINORIAS

1. *A inclusão social das minorias: desafios na tutela dos direitos das mulheres muçulmanas na perspectiva do Direito Internacional e Comparado*. Adriana Ferreira Serafim de Oliveira; Jorge Luis Mialhe.
2. *A proteção do direito à reprodução assistida perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos*. Augusto Cesar Leite; Adélia Moreira Pessoa
3. *A questão das minorias étnicas, refugiados e apátridas em face do totalitarismo na visão de Hannah Arendt*. Flávio Maria Leite Pinheiro; Ana Paula Marques de Souza
4. *Direito Internacional dos direitos humanos: a questão da paz no Oriente Médio*. Marlea Nobre da Costa Maciel; Tiago Amorim Nogueira
5. *Direito internacional dos refugiados: uma análise histórico-política*. Aryadne Bittencourt Waldely
6. *Os refugiados ambientais haitianos e o valor da solidariedade. Proposta de uma (re) leitura da função solidária, em face do processo dinamogênico*. Renata Barbosa Castralli; Vladimir Oliveira da Silveira

O ENCONTRO DO CONSTITUCIONALISMO COM O DIREITO INTERNACIONAL

1. *A Constitucionalização do Direito Internacional e os seus impactos na legislação brasileira*. Thaís Andrade Bastos de Almeida
2. *A internacionalização dos direitos humanos na Constituição de 1988 e o Pacto da ONU de 1966*. Liziane Angelotti Meira; Iuri Telle Fernandes
3. *A proteção interna do imigrante ilegal: garantia e efetividade dos direitos humanos no Brasil*. Gyslaine Ferreira Almeida; Mônica Tereza Costa Sousa
4. *O Direito Processual Constitucional contemporâneo na lógica da internacionalização do direito*. Daiane Moura de Aguiar; Fernanda Hoffmam
5. *Monismo e dualismo no Direito Internacional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a incorporação dos tratados de direitos humanos ao ordenamento jurídico nacional*. Fábio Andrade Medeiros
6. *Os tratados internacionais de direitos humanos e sua repercussão na odrem jurídica brasileira*. Francisco José Garcia Figueiredo
7. *Reflexões sobre a importação do trabalho escravo no Brasil: perspectivas díspares entre direitos humanos e economia*. Sérgio Ricardo Caires Rakauskas
8. *STF e a proteção dos direitos humanos no Brasil: uma análise da ADPF153 e do caso Gomes Lund e outros (guerrilha do Araguaia).* Mariana Almeida Picanço de Miranda; Fabiana de Almeida Maia Santos
9. *O impacto das secas nos direitos humanos e o papel do Ministério Público Federal a partir da Convenção de Combate à desertificação da ONU.* Emanuel de Melo Ferreira
10. *Internacionalização das convenções da OIT no ordenamento jurídico brasileiro.* Fernanda de Miranda Santos César de Abreu